

A cidade, os movimentos sociais operários e a educação

Vania Regina Boschetti
Valdelice Borghi Ferreira

Resumo: O artigo estuda o movimento pela escolarização em Sorocaba nas primeiras décadas do século XX. Entender o processo desse movimento é o objetivo da reflexão. Os movimentos sociais em Sorocaba investem em atividades sociais, educacionais e culturais. Fundamentam-se em aspirações de identidade coletiva, apresentam-se com dinâmica criadora e reivindicatória revelando, de maneira ímpar, a ação social do indivíduo e a participação política do ser humano no que se refere à defesa da educação inspirada na teoria racional, na qualificação para o trabalho, e posicionamentos relacionados à educação da mulher.

Palavras-chave: Movimentos sociais. Educação. Operários.

The city, worker's social movements and the education

Abstract: The article studies the movement pro school in Sorocaba on the earlier decades of the twentieth century. To comprehend the movement's process is the article aim. The social movements in Sorocaba invest on social activities, educational activities and cultural activities. They are based on collective identity aspirations, they are shown with creative and demanding dynamics, revealing, on a particular way, the individual social deeds and the human being political participation on the defense of the education based on the rational theory, work qualification and, positions related to women's education.

Keywords: Social movements. Education. Workers.

A cidade, os movimentos sociais operários e a educação

Introduzindo conceitos

Ao apontar para as questões da historiografia da educação, do ensino e da pedagogia, o pesquisador precisa evidenciar o pensamento dos grupos sociais, quais são os valores políticos e econômicos atuantes, de que modo se projetam na sociedade em relação à força efetiva ou de representação e quais são as reais possibilidades de entendimento das questões sociais e educativas que emergem no desenrolar da pesquisa.

Estudar o atendimento escolar para as classes populares em Sorocaba nas primeiras décadas do século XX envolve a análise dos interesses dos grupos políticos, da Igreja, dos comerciantes, intelectuais, sindicalistas e operários, configurando uma inquietação social nem sempre comum em torno das questões educativas, o que pode ser entendido como manifestação de interesses distintos da burguesia e do proletariado: a primeira para fortalecer sua condição hegemônica, e a segunda por vislumbrar as possibilidades de usufruir de um direito de ascender socialmente, atendendo ao ideal republicano de transformar a sociedade pela expansão educacional, pois enquanto inculcadora de normas, princípios e valores, a instituição escolar promoveria a manutenção da ordem, a regeneração do vícios, a solução dos problemas sociais, atingindo o tão almejado progresso. Por isso, nos primeiros anos do século envolvidos pelas aspirações republicanas, os movimentos sociais pela educação na cidade ganharam intensidade e, pela ação da imprensa operária, fizeram repercutir em ideias e ideais por uma vida de acessibilidade aos direitos do cidadão.

Os movimentos sociais se fundamentam em aspirações de identidade coletiva e se caracterizam, entre outras, pelo alcance limitado às questões vivenciadas no cotidiano dos grupos sociais. Mesmo assim, apresentam-se como atividade criadora, um vir a ser. Fazer essa leitura dos sujeitos envolvidos revela, de maneira ímpar, a ação contínua da participação política do ser humano. Empresta-se aqui o conceito de *bios politikos* de Aristóteles apresentado em duas importantes obras – *Política* e *Ética a Nicômaco* – enquanto caracterização da ação humana em sociedade. Com o filósofo, é correto afirmar que o sentido maior da vida do homem é a vida na pólis (comunidade política), sua condição de viver como cidadão. Por ser um animal político, sua

natureza (*physi*) o obriga a viver na cidade (*pólis*), o que torna possível o aprimoramento da condição humana. Ultrapassa o próprio conceito do social, de animal gregário¹.

A verdadeira vida humana deve almejar a organização política para uma dimensão maior daquela vivenciada nos grupos imediatos da convivência, e, restrita do convívio social mais simples, onde prevalecem os registros de família, de parentesco, de amizade e de camaradagem. É a partir da compreensão desses aspectos da própria natureza que o homem começa a entender, participar e questionar aspectos da vida social. É quando sua ação adquire um estatuto eminentemente político, ao ter a noção de governo, de dominação, de liberdade, de igualdade, do que é comum, do que é direito da pessoa e do cidadão.

Para Touraine (1998), a política concebida por Aristóteles “trazia consigo um princípio de unidade da ação com experiência humana, permitindo combinar a ação racionalizadora, com a liberdade de consciência moral, sem deixar de considerar sua separação”. Da complexidade da ideia aristotélica ampliada por muitos outros pensadores, se constitui o modelo clássico de sociedade²

Este modelo clássico de sociedade produz indivíduos semelhantes mas desiguais. Ele está, portanto, em frontal oposição ao modelo que associa igualdade e diferença e sobre o qual procuro, aqui, as condições da existência. Com efeito, o que é universal é um direito geral, e até mesmo natural, como anuncia o artigo primeiro da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 (TOURAINÉ, 1998, p. 10).

Para o autor, é o modelo clássico de sociedade que permite o desenvolvimento das reivindicações operárias. Nele, o ideário da Declaração não foi suficiente para impedir que com

¹ Para Ramos (2014), o *zoon politikon* de Aristóteles não deve ser compreendido como *animal socialis* da tradução latina. Este desvio semântico resultou num sentido alargado do termo grego que acabou se identificando com o social. Para Aristóteles (1973), o social significava mais o instinto gregário, algo que os homens compartilham com algumas espécies de animais. O simples viver junto, em sociedade, não caracteriza a destinação última do homem: a politicidade. A verdadeira vida humana deve almejar a organização política, que é uma forma superior e até oposta à simples vida do convívio social da casa (*oikia*) ou de comunidades mais complexas. A partir da compreensão da natureza do homem determinados aspectos da vida social adquirem um estatuto eminentemente político, tais como: a noção de governo, de dominação, de liberdade, de igualdade, do que é comum, do que é próprio, etc.

² De acordo com Touraine (1998) são em número de quatro as ideias principais que definem o modelo clássico de sociedade: a) a ordem social é produzida, criada e não transmitida ou submetida a uma ordem superior, o que implica a ruptura com a ordem religiosa; b) a sociedade e o seu interesse tornam-se o próprio princípio de avaliação moral do comportamento. O bem e o mal não são definidos por tradição ou por divindade; c) a sociedade produz seres semelhantes mais desiguais; d) o apelo à igualdade contra a desigualdade tem força histórica porque fundado sobre uma confiança absoluta e uma evolução histórica natural.

os tempos capitalistas tornassem o *homo economicus* mais interessante, levando as sociedades a se tornarem fortemente hierarquizadas, mesmo afirmando a igualdade dos direitos civis.

Como decorrência, a história mostra uma combinação um tanto estranha onde “foram facilmente combinados os direitos civis com a desigualdade de situações sociais, com uma forte dominação de classe, com a escravização ou destruição dos colonizados e com a dominação das mulheres [...]” (TOURAINÉ, 1998, p. 11).

Identificar a realidade dos movimentos sociais implica em dissecar a sua conjuntura, levando em conta articulações, dimensões locais, regionais, nacionais e internacionais dos seus fenômenos, dos atores de sua história e do jogo de forças atuantes em seu espaço. É esse o caminho percorrido pelas reflexões aqui colocadas que ainda considera a importância da organização social que deve estar presente na dinâmica dos movimentos. Por analogia, considera possível utilizar o pensamento de Pinto (1998, p. 11), quando ele se refere à ação comunitária. Diz o autor que ela não pode ser entendida

[...] como simples estrutura formal, mas como articulação permanente, dinâmica, dos grupos de uma população, ao redor de interesses comuns, objetivos reais, mas percebidos coletivamente, que alimentam ações coordenadas e que buscam satisfazer a esses interesses coletivos.

Enquanto país colonizado, o Brasil emerge dessas situações com características muito próprias: até o início do século XIX existia um país predominantemente rural, com estilo de vida estabelecido pela elite dominante, marcado pelas representações sociais da aristocracia portuguesa e pelas diferentes interações sociais definidas pelo sistema escravista.

O Brasil republicano, nas primeiras décadas do século XX, passa por várias transformações: fase do capitalismo concorrencial, industrialização, exportação de mercadorias desenvolvimento da vida urbana e o surgimento de uma mentalidade, a burguesa, que lentamente substitui o modelo anterior. O início da industrialização no país atrai os movimentos imigratórios provocando transformações políticas e econômico-sociais. No caso brasileiro, o fim da escravidão aliado à industrialização crescente exige mudanças na composição da mão de obra trabalhadora do país que, mesmo apresentando um crescimento mais acentuado e provido de algumas características de qualificação, ainda se identifica como artesanal. Segundo Araújo Neto (2006), a exigência de qualidade profissional é atendida por oficiais estrangeiros imigrantes. A nova realidade visualizada pela elite republicana é de desdobramento do progresso nacional: as

idades deveriam simbolizar o avanço cultural da sociedade pelo processo de urbanização, com pessoas disciplinadas, preparadas para o trabalho dentro da ordem. No caso específico, um trabalho executado predominantemente pelos grupos imigrantes, alternativa encontrada para atender às demandas de trabalho na produção agrícola e nas cidades que passam a apresentar nova modalidade produtiva com o surgimento das fábricas. Entretanto, a concentração deles enquanto trabalhadores e sua organização em movimentos reivindicatórios provocam a mudança do conceito do desenvolvimento ordenado nas perspectivas da ordem e do progresso, tão caro ao positivismo inspirador dos republicanos brasileiros.

Tal transformação ocorre em virtude de algumas circunstâncias como as de constantes reclamações sobre a dura realidade encontrada pelos imigrantes nas cidades e nas fábricas. As péssimas condições de trabalho e de vida e exploração do patronato favorecem a eclosão do movimento operário, que agita o país durante todo o período, até porque a necessidade de mão de obra em novas frentes e trabalho exige que se receba, de fora, o braço não disponível internamente. A economia brasileira, predominantemente agrícola, tem dificuldade em compor os quadros operários exigidos para a execução das tarefas fabris. Faltam conhecimentos técnicos, experiência laboral e domínio de procedimentos desse setor produtivo. Sorocaba está inserida nesse quadro por conta das fiações e tecelagens que começam a se desenvolver em virtude da produção de algodão do período e também pela implantação da Estrada de Ferro Sorocabana, que desde o final do século XIX atendia ao abastecimento de parte da política de exportação e transporte³. As indústrias têxteis e a estrada de ferro atraem cada vez mais imigrantes, principalmente espanhóis, italianos, portugueses, mas também alemães, ingleses, suíços. Os imigrantes com algum capital de origem aportam à cidade, iniciando negócios ligados ao comércio de algodão, instalação de indústrias variadas, inclusive para abastecimento nacional, como o caso da produção de banha de porco enlatada, da família Matarazzo.

Vieram também alemães e ingleses que trabalham na parte técnica das fábricas e ferrovia; os alemães dedicam-se ainda à indústria de chapéus e cervejas. Esses imigrantes fazem parte da burguesia, juntamente com a elite da terra, e são moradores da região central da cidade,

³ Fundada em 1871, a Estrada de Ferro Sorocabana contribui substancialmente para o desenvolvimento do Estado de São Paulo escoando a produção agrícola e animal para diversas regiões do país, e substituindo o transporte dos tropeiros. A Estrada de Ferro Sorocabana surge pela necessidade de grupos econômicos que precisam de um ramal ferroviário que ligasse Sorocaba a Itu e a Jundiaí e conseqüentemente ao porto, pela Santos-Jundiaí. Sua instalação também precisa ser entendida como uma articulação de poder do setor governamental e da elite local.

ocupando a área nobre, na praça central e seu entorno. Os imigrantes sem capital e sem estudo que vieram para Sorocaba eram, principalmente, italianos e espanhóis.

1.2 Os movimentos sociais em Sorocaba

Segundo dados obtidos de Oliveira (2002), pode-se considerar que os espanhóis chegam a Sorocaba a partir de 1895, intensificando o fluxo no início do século XX. Provém em sua maioria da região de Andaluzia (Províncias de Huelva, Sevilha, Cádiz, Córdoba, Málaga e Almeria), utilizando a rota Gibraltar-Santos. De acordo com Martinez (1999), a região representada por Campinas, Sorocaba, Jundiaí, Itu, recebe 28 mil espanhóis.

O mesmo autor também informa que o Censo Nacional de 1920 registra a presença de 2.500 imigrantes espanhóis em Sorocaba. Um dos fatores de atração é a indústria ferroviária existente, que mantinha oficinas mecânicas de construção e reparação de trens e manutenção das vias férreas.

Esses imigrantes, em sua grande maioria, pobres e analfabetos, dedicam-se à plantação de cebolas, laranjas, batatas; abrem pequenos armazéns para o comércio de gêneros alimentícios, frutas, arreios.

Instalam-se em vários pontos da cidade, mas concentram-se no Além Ponte, formando bairros como Vila Hortênsia, Barcelona, Santa Maria, Vila Haro, cujas ruas recebem denominação que se reportava ao seu país de origem: Granada, Madri, Catalunha, Cervantes. A região fica conhecida como reduto da espanholada, como muitos a identificam até os dias atuais; seus moradores eram operários, principalmente da fábrica Santa Maria, além da Estamparia, Nossa Senhora da Ponte e, também, da Votorantim.

Os imigrantes italianos, que chegam ao Brasil a partir de 1870, aportam, em grande parte, em São Paulo e dirigem-se às cidades, quando tinham alguma posse de capital, ou às fazendas de café, para o trabalho braçal.

A Sorocaba também chegam grupos representativos de italianos providos de alguma instrução e capital, que se dedicam à criação de indústrias e ao comércio. Entretanto, em sua maioria, as pessoas têm como único capital os braços para qualquer tipo de trabalho ofertado em uma cidade que iniciava sua industrialização e que não havia lavoura de café. Essa é a razão de terem se direcionado ao trabalho na estrada de ferro e ao exercício de variadas atividades, como

costureiras, alfaiates, garçons, músicos, mascates, carroceiros. Outros iniciam pequenos negócios como comércio de azeite, vinho, frutas, etc. Em grande parte, todavia, se transformam em proletários, trabalhando como operários nas indústrias têxteis.

Os italianos instalam-se sobretudo no Além Linha (referência ao bairro próximo ao centro, cortado pelos trilhos da via férrea e sede das oficinas da ferrovia) e adjacências concentrando-se nos bairros, alguns tipicamente operários, como Vila Santana e Vila Carvalho, reduto de ferroviários e trabalhadores das fábricas de fiação, tecelagem e estamperia, como a Nossa Senhora da Ponte, a Fábrica Santo Antônio e a Fábrica Santa Rosália. A expansão algodoeira possibilita novas experiências: instalação de fábrica de descaroçar, cortar, fiar e tecer algodão. A via férrea proporciona com isso, o início do ciclo de industrialização da cidade com as tecelagens. Vale lembrar que esse ciclo em Sorocaba está articulado ao processo de industrialização de São Paulo e de outras regiões do país.

A imigração traz consigo braços fortes e ideias – essas, corpo de um projeto revolucionário, principalmente anarquista, fomentado também por intelectuais provenientes de países onde o movimento libertário alcançou alguma expressão, como a Itália, Espanha e Portugal, incrementando a questão social. Entre as estratégias de organização dos trabalhadores, a criação de jornais operários se constitui como elemento expressivo para as lideranças operárias.

Os trabalhadores se organizam contra a opressão a que são submetidos, e o movimento se expande com a criação de associações, ligas, centros operários, sindicatos, aglutinadores da militância de tendências socialistas, anarquistas, anarcossindicalistas e marxistas, formando, de acordo com Dias (1977), grupos ideologicamente contraditórios e sem coesão entre si, que se manifestam, para além das greves, por meio da imprensa operária.

Tais movimentos, portanto, vão se ligar também a um princípio não especificamente social, mas à crença no progresso e sua relação com o poder que, dependendo da situação, é defendida ou atacada. É por essas razões que os imigrantes, antes considerados como trabalhadores disciplinados, ficam associados à ideia de marginalidade e são considerados promotores de indisciplina.

Touraine (1998, p. 38) participa dessa discussão estabelecendo que ela vem agregada ao conjunto de novas ideias e de posições de resistência, que o homem passa a adotar, juntamente com o desejo de ser sujeito de sua própria existência, “contra uma lógica cívica ou histórica que lhe parece mais como destruidora de sua liberdade e mais ainda de sua identidade”. Tal

disposição nasce nas sociedades industrializadas e fazem emergir uma nova pretensão de direitos: a dos trabalhadores. O espírito das reivindicações se sustenta na consciência de necessidades ampliadas que vão das condições de trabalho, de empregabilidade e de remuneração, aos direitos culturais, educativos e das mulheres. Como ainda afirma o autor, tais movimentos começam a por em plano de destaque, certos fatores como justiça social e a dignidade humana.

No começo do século são inúmeras as greves no país, como as de 1911, 1914, 1917, 1919 e outras, que se expandem nas capitais e cidades do interior, como Sorocaba, além dos congressos operários, constatando-se a predominância da corrente anarcossindicalista. O desenvolvimento crescente da indústria propicia condições para a concentração da massa operária, que passa a perceber mais claramente a exploração burguesa, constituindo organizações para defesa de seu salário e realizando manifestações, muitas vezes violentas, para garantia de seus direitos mínimos; passam a ter uma noção mais clara, embora incipiente, sobre a oposição entre a burguesia e o proletariado.

Os operários sorocabanos participam intensamente dos movimentos grevistas nos anos iniciais da República, reivindicando melhores salários, diminuição da jornada, melhores condições de vida. Para além desses movimentos, os trabalhadores expressam sua revolta contra um sistema social injusto, procurando demonstrar que eram pessoas concretas, que viviam e sonhavam na sua realidade. A imprensa operária representa o papel de mediação entre esses sujeitos e a sociedade.

As reivindicações dos trabalhadores são minimamente atendidas e, somente na medida em que representam algum interesse para o governo e o patronato. Mesmo assim, são muitas as dificuldades enfrentadas na luta contra o Estado e o capitalismo e como bem afirma Dias (1977), o que se conquistava hoje, perdia-se logo depois.

O ideal republicano de instrução para o povo, de democratização e formação do cidadão, ganha centralidade na Primeira República. A educação passa a ser considerada como condição essencial para o progresso do país, sendo defendida por vários segmentos sociais, políticos e religiosos, como grupos nacionalistas, Igreja Católica, elites urbanas, sob várias óticas e interesses.

A reflexão sobre a importância da instrução, leva Nagle (2001) a afirmar que sociedade deveria ser reformada, começando pela reforma do homem, tendo a escola como centro. Entretanto, as práticas políticas contradizem o discurso liberal republicano, pois favorecem os

grupos que apoiam as bases de sustentação dos governos oligárquicos. Nas cidades, as classes mais favorecidas são contempladas com grupos escolares, muitas vezes luxuosos, enquanto a maioria da população continuava analfabeta.

Entre os excluídos estão os operários que, para além das reivindicações trabalhistas, lutam pela educação de seus filhos. Para estes, os militantes criam escolas não institucionalizadas, com propostas pedagógicas anarquistas inspiradas na Escola Moderna de Barcelona, orientada por Francesc Ferrer i Guàrdia, educador e militante catalão. Esses modelos pedagógicos objetivam a educação racional da criança, livre das influências perniciosas da religião, da burguesia e do governo.

Braço forte dos movimentos sociais nesse momento, como já apresentado, é a imprensa operária. Em Sorocaba, o jornal *O Operário*, que circulou nos anos de 1909 a 1913, é uma das expressões da intervenção político-administrativa dos trabalhadores no âmbito da história sorocabana e que propiciou, inclusive, espaço de expressão para algumas articulistas femininas. Inicialmente de orientação socialista, com o tempo o jornal passa a seguir, de maneira declarada, uma linha anarquista.

Seus redatores são unânimes no ataque à burguesia, ao governo, ao clero, bem como na defesa do direito à educação do operário, caminhando em direção oposta ao conservadorismo dos grupos hegemônicos da cidade. A importância do uso da imprensa no permite desvelar dimensões não presentes nos documentos oficiais como a divulgação das teorias de Ferrer e o pensamento feminista.

Nas páginas do *O Operário* constata-se a presença constante de Ferrer em artigos políticos e sobre educação, além de argumentos que o levam a exercer grande influência na fundação da escola racional de Sorocaba. Desde as primeiras edições do jornal pôde ser verificada a realização de palestras por líderes anarquistas italianos radicados no Brasil, que aportam à cidade procurando incentivar os operários a adotar o ensino racional, livre da influência religiosa e burguesa. De acordo com as evidências, Ferrer torna-se um personagem emblemático para o jornal, que sempre procura preservar sua memória junto aos operários.

Sobre as concepções educacionais de Ferrer nota-se a incorporação do objetivo da instrução integral, referente à indissociabilidade entre formação intelectual e prática, advindo de Bakunin. Do Comitê de Iniciativa para o Ensino Integral (1898), Ferrer assimila os ideais do ensino intelectual e profissional, o ensino racional, libertário e misto. A coeducação sexual e

entre as classes favorece o relacionamento e o desenvolvimento fraternal das crianças, para evitar preconceitos e privilégios.

La enseñanza mixta penetra por todos los pueblos cultos. El propósito de la enseñanza de referencia es que los niños de ambos sexos tengan idéntica educación: que por semejante manera desenvuelvan La inteligencia, purifiquen el corazón y templen sus voluntades; que la humanidad femenina y masculina se compenetren desde la infancia, llegando a ser la mujer, no de nombre, sino em realidad de verdad, la compañera del hombre (FERRER i GARDIA, 2009, p. 90).

Diferindo das escolas tradicionais, as racionais não adotam exames, castigos e prêmios, para não haver competição e estímulo à vaidade. Para o educador, o mais importante é respeitar e desenvolver a aptidão individual de cada criança. Para que tal educação seja viável, os professores devem ser preparados e livres dos vícios do ensino tradicional então vigente na Espanha. Além disso, os mestres deveriam ser constantemente atualizados em seus conhecimentos para acompanhar o desenvolvimento das crianças.

Ao lado das reivindicações sobre criação de escolas e diminuição da jornada de trabalho infantil, o jornal *O Operário* constitui um universo à margem na defesa de ideias singulares no que se refere à educação. Nota-se, na leitura das edições, uma preocupação com a educação da criança operária, procurando prepará-la para o combate à burguesia, valorizando a liberdade, a democracia e a justiça.

O grupo anarquista defende a implantação da escola moderna, com bases racionais, inspirada principalmente na Escola Moderna de Barcelona, criada por Francesc Ferrer i Guàrdia. A implantação da escola contou com a colaboração de líderes anarquistas provenientes de São Paulo, como Oreste Ristori⁴ que, em visita a Sorocaba, manifestou-se

sobre vários pontos referentes à escola moderna, demonstrando de um modo claro e preciso as vantagens do ensinamento único racional, o único verdadeiro, o único digno de ser ministrado aos nossos filhos, para que não sejam amigos de padres e de [...] confessionários (1910, p. 2).

⁴ Oreste Ristori, jornalista italiano desenvolveu acentuada militância nas lides anarquistas. Viveu do final do século XIX até meados do século XX. Imigrou para a América do Sul, no começo do século XX, morando inicialmente na Argentina e no Uruguai, países em que enfrentou prisões e entraves pessoais por conta das ideias que defendia. Veio ao Brasil afinando-se com os anarquistas locais sendo crítico ativo das condições de trabalho e de vida dos imigrantes italianos. Empenhou-se na criação de escolas literárias, no modelo proposto por Ferrer que deveriam ser oferecidas às crianças dos segmentos mais pobres da população e que estavam fora do processo escolar.

A Liga Operária de Sorocaba é responsável pela criação de uma escola noturna para adultos e crianças operárias, tendo como professor e administrador Joseph Jubert Revier, imigrante francês e sindicalista ativo, também colaborador do jornal. A escola funciona nos anos de 1911-1912. O professor, para além de escrever e contar, procura incutir em seus alunos os princípios anarquistas, a conscientização política, o anticlericalismo, os ideais de liberdade e emancipação da mulher e de todos os trabalhadores.

Tragtenberg (1978) afirma que o pensador espanhol reconhece o interesse do Estado pela educação das massas, justificado pelo modo capitalista de produção, que exige operários alfabetizados para o trabalho com as máquinas e aumento de seu rendimento. Entretanto, os governos oferecem um ensino com objetivos de manutenção dos valores sociais vigentes e não de sua transformação; esses valores asseguravam seu poder, domínio. Para isso, a escola deveria continuar a ser dominada pelo Estado, razão pela qual a transformação social, a revolução, deveria ser iniciada pela escola, pela educação.

Ferrer tem como objetivo relevante o de educar a classe trabalhadora em um ambiente racional, laico e não coercitivo, capaz de instruir na justiça, na verdade, na capacidade de raciocinar e de eliminar preconceitos. Por isso, pensa a educação como questão política, sedimentada em posições e práticas pedagógicas antiautoritárias.

De maneira muito específica, a imagem da mulher inscreve-se no panorama social do país, com poucas modificações substanciais. De herança portuguesa, vem uma educação articulada à evangelização católica – o princípio do bem comum é tão forte no ideário do cristianismo católico, que não gera responsabilidade quanto à vivência histórica. Tal mentalidade é particularmente sentida quando o alvo de reflexão é, mais precisamente, sua função social de esposa/dona de casa fundamentada desde os primórdios como a mais alta expressão de feminilidade, não só está baseada no discurso da Igreja, como plenamente ratificada pelas várias instâncias sociais: no direito, na área médica, na ação do Poder Público, nos meios de comunicação. “Um sólido ambiente, lar acolhedor, filhos educados e a esposa dedicada ao marido, às crianças e desobrigada de qualquer trabalho produtivo, representavam o ideal de retidão e probidade, um tesouro social imprescindível” (D’INCAO, 2001, p. 225).

A influência positivista é uma das marcas significativas do movimento republicano, como aponta Silva (2002) ao apresentar a influência de Raimundo Teixeira Mendes e Miguel Lemos, na implantação de alguns novos conceitos a respeito de família. É curioso notar que, apesar de

fazer novas considerações sobre a importância da mulher, em essência ela continua mantida no reduto do lar, pois ali era o seu lugar.

Para os positivistas, a família é a base da sociedade e a mulher sua sustentação. Silva (2002) afirma que dos sentimentos da mulher e de seu instinto maternal, dependem a educação das crianças e a formação e modificação do homem adulto [...] sua função de mãe de família, de filha, de irmã, de esposa. As relações familiares são identificadas como responsabilidade exclusivamente feminina.

Mesmo assim, as necessidades do cotidiano das cidades, levam a mulher a adentrar ao mercado de trabalho. Sua labuta diária se distribuía em múltiplas atividades: negociantes, verdureiras, lavadeiras, cozinheiras, costureiras. O trabalho a domicílio tem a preferência, apesar dos poucos ganhos e da exploração das patroas e freguesas pois, de alguma maneira, permite continuar respondendo pelos compromissos da própria casa.

Paralelamente aos serviços da casa, outras mulheres vão ocupando, aos poucos, também os espaços da fábrica. Fiandeiras, urdideiras, tecelãs... trabalhadoras incansáveis, com longas jornadas (menores porém que nos trabalhos domésticos e domiciliares) e salários melhores, mesmo sendo irrisórios. Isso dá às mulheres certa visibilidade no mercado de trabalho, permite que demonstrem competência, potencialidade e até liderança. Entretanto, nenhuma dessas características significa uma abdicação das tarefas do cotidiano doméstico.

Sobre esses limites da vida feminina, cabe ressaltar que a possibilidade de escolarização para as mulheres e sua participação no mercado de trabalho de forma profissional e estruturada extensivamente somente se farão presentes a partir da década de 1940, quando a expansão industrial acelerada pelas duas guerras mundiais passa a exigir o braço operário da mulher para atender à produção, apesar dos conceitos e imagens idealizadoras cristalizadas há séculos continuarem presentes nas cobranças do cotidiano.

Contraopondo-se ao ideal da esposa devotada ao lar, Ferrer i Guardia se distancia de educadores tradicionais ao valorizar a mulher, particularmente no que se refere à igualdade quanto ao acesso à educação

La mujer no debe estar recluida en el logar. El radio de su acción há de dilatarse fuera de las paredes de la casa: deberia esse radio concluir donde llega y termina la sociedad. Mas para la mujer ejerza su acción benéfica, no se han de convertir em poço menos que em cero os conocimientos que le son permitidos: debieran ser em cantidad y em calidad los mismos que el hombre se proporciona (FERRER i GUARDIA, 2009, p. 94).

Essa valorização pode ser notada no jornal *O Operário*, que procura servir também como instrumento de educação e conscientização das mulheres, incentivando-as a assumir seu novo papel na sociedade que está sendo construída e que se mostra sob novas perspectivas sociopolíticas e culturais.

No processo de industrialização e da urbanização, ocorrem também transformações nos hábitos sociais, familiares, principalmente das classes trabalhadoras. Diversamente da família burguesa, na família das classes populares, as mulheres, devido às dificuldades econômicas, trabalhavam em dupla jornada: cumprem todos os afazeres domésticos e produzem para o mercado de trabalho como operárias nas fábricas, entre outras atividades. Trabalham entre 12 e 14 horas diárias, com ínfimos salários, e assumem a responsabilidade pela educação dos filhos, considerada “assunto de mulher” (BOSCHETTI; FERREIRA, 2008).

Em sua grande maioria constituída de analfabetas, a população feminina sofre de todas as restrições de uma ordem social discriminatória e enfrenta toda a precariedade imposta pela condição financeira. Aos poucos, porém, dela faz emergir uma mulher que inicialmente de forma tímida, vai abandonando a atitude passiva e passa a agir contra a ordem econômico-social vigente. Participando do movimento operário, exigindo melhores condições de vida, educação e, muitas vezes, escrevendo nos jornais operários, o comportamento dessas mulheres vem por esclarecer e incentivar as mulheres a aderir e colaborar com as transformações daquele momento histórico. Em Sorocaba, as mulheres têm certo destaque participando da Liga Operária, sendo bastante atuantes nas greves.

Sua presença, significativa no trabalho fabril para auxiliar no sustento da casa, passa também a ser notada em participações como articulistas do jornal. Uma das mais presentes é Elvira, que escreve sobre vários assuntos e aparece como uma das mais ferrenhas defensoras do livre pensamento. Note-se que muitos articulistas, homens ou mulheres, assinavam os artigos apenas com o primeiro nome ou pseudônimo, para evitar possíveis retaliações políticas ou religiosas.

Exemplo de veemência verbal e do posicionamento da autora, o artigo “O Divórcio”, escrito por Elvira, posiciona-se pela não aceitação dos princípios da Igreja Católica

Anda por toda a parte a carolada que cheira a sebo da Sacristia, protestando contra a lei do divórcio.[...] Parece incrível que essa jesuitada de casaca e outros tantos de batina se preocupem tanto com a resolução que tomaram meia dúzia de homens de repellar os

preconceitos da infernal Madre Igreja. Não contentes essa corja de destruírem o amor livre e levantarem códigos para o affecto e legislações para o poema do beijo, criando leis para a união passional de duas almas complementares que se encontraram e se amaram nos embates da luta (ELVIRA, 1912, p. 2).

Ao longo do artigo Elvira defende o amor livre, o direito da mulher de escolher seu companheiro sem a imposição da família. Os desafios às normas instituídas pelo catolicismo demonstram uma aproximação com as tendências ideológicas socialistas e anarquistas, muito em evidência naquele momento.

Para além da oposição à Igreja, o artigo acima demonstra um posicionamento em defesa da mulher, no mínimo contrastante com os costumes, valores morais e religiosos arraigados na sociedade do início da República. Além disso, é escrito por uma mulher, abrindo espaço para participação feminina na imprensa sorocabana, território notadamente reservado aos homens.

Em contraposição ao conservadorismo masculino (e, também, feminino), Elvira representa novas aragens. Os diversos textos publicados, com o devido destaque, abrangem vários assuntos, como política, funcionamento da Câmara Municipal, ensino superior e sugerem que a autora teria sido uma pessoa bastante combativa, participante e com afinidades políticas e ideológicas em relação aos redatores do jornal, em sua fase notadamente anarquista.

No texto “A Burguesa e a Anarchista”, Elvira critica a mulher burguesa, que não sabe o que é a maternidade, encarando-a como “acidente”; a burguesa educa os filhos como ela foi educada, ou seja, para a hipocrisia, para a injustiça, para a exploração dos mais pobres. Em contraposição,

A verdadeira mãe, a mãe ideal, diferente destes tipos, prepara os seus filhos ao trabalho, ensina-lhe o sacrifício. Esta é a verdadeira anarchista... [...] Uma mãe anarchica não escolherá para sua filha um marido usurpador e perverso ...não ambiciona para seus filhos e seu companheiro, cargas de cruces, diplomas e galões que dão o direito de explorar o trabalho dos outros. [...] A verdadeira mãe! Oh, sublime realidade das gerações futuras, este tipo de mãe anarchica é o sonho de todos os corações bons, a luz da humanidade nova, fundada sobre as bases do trabalho e do amor. Na mulher anarchica está pois a salvação do mundo (ELVIRA, 1913, p. 1).

A mulher e a mãe ideais são, pois, as mulheres anarquistas, que teriam consciência da missão social de educar os filhos e incentivar os companheiros para a formação de uma sociedade futura, mais justa. A autora, embora defendendo o amor e a paixão como condições para escolha dos companheiros, fato que caminhava na contramão dos bons costumes da época, aceita e

enaltece o papel da mulher enquanto mãe, também reconhecido pela sociedade burguesa e pela religião. Entretanto, sua concepção de mulher/mãe como formadora de uma nova humanidade a diferencia da concepção burguesa e a aproxima da ideologia anarquista (FERREIRA, 2009).

Talvez, mais revolucionária, contestadora dos preceitos religiosos e da moral burguesa, além de consciente dos problemas sociais, tenha sido Joana Dubois, no artigo “Greve dos Ventres”, publicado em duas partes, pelo jornal *O Operário*, nos dias 30 jan. 1910 e 06 fev. 1910.

Concordando que os oprimidos têm apenas sua força para vencer o capitalismo, Dubois elenca as condições necessárias para a verdadeira emancipação: aumento de salário, redução da jornada de trabalho, que poderiam ser obtidos por meio de greves; entretanto considera essencial a greve dos ventres, que significava tanto ter poucos filhos como não ter nenhum, pois

Os encargos familiares excessivos impedem que muitos explorados se façam revolucionários [...] então o trabalhador não tem tempo e recursos para tomar consciência dos seus direitos pela leitura, discussão e nas reuniões públicas [...] a mãe, sempre metida em casa, não reflete e não pode abandonar suas ideias cobardes, mesquinhas e obriga com suas lágrimas ou censuras o marido ou o amante a calar as suas opiniões e a renunciar à revolta (DUBOIS, 1910a, p. 2).

Dubois justifica o medo do homem e da mulher de se exporem quando têm muitos filhos a sustentar e afirma:

Não nos parece, pois errôneo, dizer que a dominação de nascimentos, efeito do pauperismo por um lado, pode, por outro lado aumentar a velocidade do movimento revolucionário [...] numerosas demais as crianças não deixam que os genitores se preparem e as preparem para realizar a transformação social (DUBOIS, 1910b, p. 1-2).

No preparo da criança está incluída a educação integral, que certamente seria prejudicada pelo excesso de demanda, fato que repercutiria na evolução do movimento revolucionário. De acordo com Joana Dubois (1910b, p. 2) do ponto de vista social é importante a limitação consciente da natalidade, para que as crianças sejam educadas para respeitar a liberdade dos “outros no trabalho, no amor, na procriação, para fazer seres sabendo compreender a felicidade alheia, sabendo medir o alcance dos actos próprios sobre a sociedade”.

A autora ainda afirma (1910b, p. 2) “Não me limito a reivindicar a livre maternidade; considero a fecundidade natural como um dos perigos sociais e não à maneira de Malthus como o perigo social”, concluindo que “em qualquer época [...] as condições de procriação e as condições do trabalho parecem-me ser da mesma importância”. O artigo demonstra seu posicionamento a

favor do direito da mulher de usar seu corpo de acordo com seus desejos, da utilização de métodos contraceptivos e da desvinculação entre sexo e procriação.

Entretanto, para além dessas ideias sobre os direitos femininos, Joana demonstra sua compreensão sobre a relação existente entre a procriação não controlada e os problemas sócio-políticos por ela acarretados. Tem a percepção da importância do controle da natalidade como estratégia revolucionária (FERREIRA; BOSCHETTI, 2010).

De maneira geral, as representantes femininas no jornal demonstram certa cultura e adotam uma posição progressista, defendendo seus direitos de liberdade, igualdade diante dos homens e contrárias aos preceitos determinados pela Igreja Católica, num movimento que se traduz no anticlericalismo, característica da corrente anarquista do jornal.

“*O Operário*” preocupa-se com a educação formal das meninas e operárias adultas, lutando para que frequentassem escolas tradicionais ou racionais, bem como da educação informal, por meio dos artigos do jornal.

A educação feminina identifica-se assim com novos preceitos sendo apresentada por incisivos pontos de divergência com os modelos praticados, por exemplo, no contexto da casa, do trabalho e pela adoção de novas características de comportamento pessoal e sociais.

A nova visão das condições femininas fica evidenciada tanto na educação formal (direitos de presença mulher escolarização para meninas e operárias) como na informal, expressa nos artigos e aconselhamentos visando educar uma nova mulher no novo momento histórico: conciliar os afazeres domésticos com o trabalho têxtil e a produção industrial. Nesse sentido, combate a moral burguesa por ser ela opressora da mulher em todos os sentidos e independente da condição social, sendo particularmente perversa com a mulher que trabalha fora de casa.

Para melhor entender a extensão dessas preocupações e o impacto dos argumentos e posições, se faz oportuno dimensionar o que caracterizava a educação feminina no período. Pelo ideário convencional ela não poderia ser concebida sem uma sólida formação cristã – chave de qualquer projeto educativo. No entendimento de Nunes (2001), esperava-se que as meninas e jovens construíssem suas vidas pelo legado mariano e seu apelo pela socialização da pureza, da maternidade, da perfeição moral, aceitação de sacrifícios pelo bem da família e dos filhos.

Ao escrever seus ensinamentos durante sua prisão, Ferrer i Guardia constata o posicionamento tradicional em relação à mulher

Lo que palpita; lo que se vive por todas partes en nuestras sociedades cristianas como fruto y término de la evolución patriarcal, es que la mujer no perteneciéndose a si misma, siendo ni más ni menos que un adjetivo del hombre, atado continuamente al poste de su dominio absoluto, a veces... com cadenas de oro. El hombre la ha convertido em perpetua menor. Una vez mutilada ha seguido para con ella uno de los términos de disyuntiva siguiente: o la oprime y le impone silencio, o la trata como niño mimado... a gusto del antojadizo señor (FERRER e GUARDIA, 2009, p. 91).

Suas teorias demonstram o entendimento de um novo arcabouço teórico. Abandona os propalados imperativos de gênero determinadores dos papéis e representações sociais e, fiel aos ideais racionais, justifica a educação feminina para o universo dos direitos e da cidadania ativa.

Outras propostas, igualmente inovadoras, completam as reflexões educacionais do autor e constituem bandeira do movimento social pela educação: organização de bibliotecas por meio de coleta e doação de livros, produção de textos para jornais operários e panfletos, cursos variados, sempre a serviço das necessidades humanas e sociais, contrárias às razões da burguesia e tão presentes no modelo de educação humanista vigente.

A título de conclusão, é possível afirmar que o trabalho realiza um percurso teórico pelas fontes bibliográficas pertinentes à historiografia dos movimentos sociais pela educação escolar em Sorocaba, em três vertentes: analisa as situações socioeconômicas inerentes ao processo de industrialização na cidade e sua relação com a imigração europeia que vem compor a força de trabalho; investiga os posicionamentos ideológicos e sociais pela escolarização no âmbito da classe trabalhadora e, apresenta manifestações contundentes sobre a função, a ética e o comportamento da mulher, sob a ótica do ideário anarquista, expressas pelo jornal *O Operário*.

Partindo de conceitos gerais da filosofia e da economia, traça um breve panorama da cidade nas primeiras décadas do século XX, por meio da trajetória de desenvolvimento fabril e sua laboriosa composição, reconhecida exclusivamente como força de trabalho que atende às urgências do sobreviver familiar e de uma economia em expansão. Considerações necessárias para melhor compreender o momento em que, trabalho, ideologias e escolarização, por interesses distintos, cruzam suas expectativas, interesses e necessidades.

Referências

ARAÚJO NETO, Adalberto Coutinho de. **Sorocaba operária**: ensaio sobre o início do movimento operário em Sorocaba 1897-1920. Sorocaba: LINC, 2006.

ARISTÓTELES. **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural e Industrial, 1973.

BOSCHETTI, Vania Regina; FERREIRA, Valdelice Borghi. Discursos educacionais na imprensa: algumas leituras. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 7., 2008, Porto, Portugal. **Anais...** Porto, Portugal: Universidade do Porto, 2008.

DIAS, Everardo. **História das lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Alfa Omega, 1977.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

DUBOIS, Joana. A greve dos ventres - parte 1. **O Operário**, Sorocaba, SP, 30 jan. 1910a. p. 2.

DUBOIS, Joana. A greve dos ventres - parte 2. **O Operário**, Sorocaba, SP, 06 fev. 1910b. p. 1-2.

FERREIRA, Valdelice Borghi. **O movimento operário e a educação na imprensa sorocabana na Primeira República**. 211 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2009.

FERREIRA, Valdelice Borghi; BOSCHETTI, Vania Regina. Condição feminina, imprensa operária e educação. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 8., 2010, São Luis, Maranhão. **Anais...** São Luis, Maranhão: Universidade Federal do Maranhão, 2010.

FERRER i GUARDIA, Francesc. **La escuela moderna**. Barcelona, Espanha: Tusquets, 2009.

ELVIRA. O divórcio. **O Operário**, Sorocaba, SP, 27 out. 1912. p. 2.

ELVIRA. A burguesa e a anarchista. **O Operário**, Sorocaba, SP, 12 jan. 1913. p. 1.

MARTINEZ, Elda Evangelina González. O Brasil como país de destino para os migrantes espanhóis. In: FAUSTO, Boris (Org.). **Fazer a América**. São Paulo: Edusp, 1999. p. 239-271.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. Rio de Janeiro, DP&A, 2001.

NUNES, Maria José Rosado. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, Sérgio Coelho. **Os espanhóis**. Sorocaba, SP: TCM, 2002.

PINTO, L. Costa. **O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

Ramos, Cesar Augusto. Aristóteles e o sentido político da comunidade ante o liberalismo. **Kriterion: Revista de Filosofia**, Belo Horizonte, v. 55, n. 129, p. 61-77, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/kr/v55n129/04.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2016.

RISTORI, Oreste. **O Operário**, Sorocaba, SP, 24 abr. 1910.

SILVA, Erineuza Maria da. **As relações de gênero no magistério: a imagem da feminização**. Vitória, ES: EDUFES, 2002.

TRAGTENBERG, Mauricio. Francisco Ferrer e a pedagogia libertária. **Educação e Sociedade**, São Paulo, n. 1, p. 17-49, 1978.

TOURAINÉ, Alain. **Igualdade e diversidade: o sujeito democrático**. Bauru, SP: EDUSC, 1998.

Vania Regina Boschetti - Universidade de Sorocaba - Uniso.
Sorocaba | SP | Brasil. Contato: vania.boschetti@prof.uniso.br

Valdelice Borghi Ferreira - Universidade de Sorocaba - Uniso.
Sorocaba | SP | Brasil. Contato: valdelice.ferreira@prof.uniso.br